

OS TRABALHADORES E O CAMPO DEMOCRÁTICO E POPULAR: DESAFIOS DO MOMENTO POLÍTICO ATUAL¹

Roberto Véras de Oliveira²

Introdução

A retomada do sindicalismo e dos movimentos sociais a partir da eclosão de lutas operárias e populares, na passagem dos anos 1970 aos 1980, foi o marco inicial de construção de uma nova perspectiva de democracia e de política na história do país, ao assentar-se sob uma referência de *autonomia* do projeto político dos trabalhadores (Cf. Véras de Oliveira, 2011). O arranjo de forças sociais e políticas que daí resultou (a partir de organizações sindicais renovadas, processos de reorganização partidária, constituição de novas organizações populares e formas diversas de movimentos sociais etc.) conformou o que ficou conhecido como um *campo democrático e popular*³. O Brasil jamais foi o mesmo desde então.

Percorridas quase quatro décadas, no entanto, não só o país passou por importantes transformações, como o próprio CDP sofreu os impactos do tempo e dos acontecimentos. No contexto atual, no qual afloram fortes tensões sociais e um cenário de acirradas disputas políticas, em meio a uma clara ofensiva das forças conservadoras e de certa confusão prático-discursiva entre as forças progressistas e de esquerda, cabe a questão: em que medida o horizonte de construção de um CDP continua capaz de balizar o debate público e as disputas políticas no processo democrático brasileiro?

Pretendemos com o presente texto situar aspectos da trajetória de constituição do CDP na história recente do país, de modo a discutir ao final suas possibilidades diante de um cenário que, do ponto de vista do que indicou como avanços sociais e políticos, mostra-se claramente adverso.

Adotamos como pontos de partida constatações que, embora discutíveis (visto que necessitam de estudos e reflexões para serem melhor fundamentadas), mostram-se

¹ Este texto segue uma linha interpretativa iniciada em abordagens anteriores: Véras de Oliveira (2004 e 2006). FOI ELABORADO PARA COMPOR COLETÂNEA ORGANIZADA POR DARI KREIN (CESIT/UNICAMP). ENCONTRA-SE NO PRELO.

² Doutor em Sociologia. Especialista em Sociologia do Trabalho. Professor Associado da UFPB. Membro do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPB e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFCG.

³ Como nos utilizaremos dessa expressão recorrentemente ao longo do texto, para poupar o leitor, adotaremos daqui por diante a sigla CDP sempre que nos referirmos a ela.

plausíveis pelas evidências que se apresentam. Sobretudo nos servem como estratégia de afirmação de uma perspectiva de interpretação que, ao mesmo tempo, propomos como aberta ao debate.

Começamos com a avaliação de que o ciclo do CDP, como o conhecemos, na sua trajetória recente (últimos 40 anos), está dando sinais de um possível esgotamento. Por outro lado, há resistência e há potencial para mais resistência, de modo que tal ciclo pode se prolongar e ou ganhar novos impulsos.

Ao lado disso, consideramos que vem se estabelecendo uma onda conservadora e, em alguns aspectos, reacionária, a partir de várias frentes. Entre as quais, destacam-se: um processo de judicialização da política⁴; manifestações cada vez mais evidentes de um viés comportamental autoritário e retrógrado, disseminado por diversos segmentos da população, especialmente por setores das classes médias⁵; crescentes manifestações de posturas preconceituosas e discriminatórias; empreendimento de uma sistemática campanha midiática fortemente ideologizada (à direita); agenciamentos sociais e políticos com forte instrumentalização por grupos de direita (por meio das redes sociais, instituições religiosas e outros recursos); agenda política conservadora conduzida pelo Congresso e por outros agentes do Estado (do Judiciário, do Ministério Público etc.).

As formas de resistência e luta não têm sido capazes até o momento de mudar esse contexto. Há entraves, confusão, perplexidade, frustração, constrangimento, entre as organizações sindicais, populares e políticas de esquerda. O desafio é imenso: barrar a onda direitista e renovar-se, ganhando novo impulso. O esgotamento desse ciclo, pela direita, implicará em retrocessos políticos e sociais significativos.

CDP: do que se trata

⁴ Aqui entendido no sentido crítico formulado por Kalyvas (2002), citado por Motta (2012, p. 207) como uma tendência a um “legalismo liberal autoritário”, resultante de uma “gradual transferência de poder do executivo e do legislativo para o judiciário”, expressas particularmente nas “tomadas de decisão dos juízes em tribunais de instância superior”, implicando na “formação de uma tendência *contramajoritária*, que caminha em direção à despolitização e à neutralização da legitimidade democrática e à privação da soberania popular de sua responsabilidade”. Episódios como o do julgamento do “mensalão” e da Operação Lava Jato podem ser tomados como fortes indicativos dessas tendências no Brasil.

⁵ André Singer (em entrevista ao *Le Monde Diplomatique Brasil*, em 02 de outubro de 2012: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1268>) já observava: “a classe média tradicional se fechou em bloco contra as políticas sociais promovidas pelo lulismo. Parece ser uma reação ao processo de ascensão social de setores que antes estavam estagnados numa condição de muita pobreza. É um fenômeno muito recente e não está bem pesquisado, mas a gente vê, ouve conversas, lê no jornal essa reação à presença de pessoas de renda mais baixa nos aeroportos. O que isso significa? Esses espaços eram exclusivos; só pessoas com renda mais alta podiam frequentar”.

Uma referência central, ponto de articulação e de partida, fator desencadeador do processo de construção do CDP, no período recente da história do país, foram as greves operárias e lutas populares do final dos 1970 e começo dos 1980, que tiveram lugar em todas as regiões e setores da economia, embora tenham tido como epicentros o ABC Paulista e São Paulo e segmentos mais dinâmicos da indústria.

A retomada dos movimentos sociais ocorreu com um vigor inesperado, sob condições inéditas, com uma pujança ímpar, trazendo consequências impactantes ao cenário político brasileiro. Significaram um ponto de inflexão na história social e política do país, ensejando um outro ponto de vista sobre aquele contexto, mas também sobre o passado (da sociedade e dos movimentos sociais)⁶.

O CDP nasceu e se constituiu, assim, demarcando posições com outras forças sociais e políticas, à direita (práticas políticas tradicionais, a exemplo do “clientelismo”, “patrimonialismo”, “populismo”, “liberalismo” etc.) e à esquerda (forças políticas constituídas historicamente sob as bandeiras do “anarquismo”, “socialismo”, “comunismo”). Especialmente, buscou delimitar diferenças com as práticas mais tradicionais. Releitoras passaram a ser produzidas sobre vários aspectos do passado.

Entretanto, seu surgimento não pode ser compreendido sem que se leve em conta os pontos de continuidade e de passagem frente aos processos históricos anteriores. O que veio a compor o CDP (apesar do peso que teve esse esforço de demarcação com o passado, de inovação) sempre guardou um caráter constitutivamente *heterogêneo*, politicamente *contraditório* e socialmente *diverso*.

O caráter *heterogêneo* dos segmentos que passaram a compor o CDP se traduz nas teias resultantes das articulações entre sindicalismo, esquerda organizada, intelectuais, religiosos, ativistas feministas, ambientalistas, anti-racistas, políticos profissionais progressistas, artistas etc. Tais convergências e articulações, por outro lado, não deixaram de suscitar *contradições*, tais como as que se produziram entre marxistas e não-marxistas, correntes e organizações partidárias revolucionárias em disputa, sindicalistas e militantes organizados em partidos, religiosos e não-religiosos, lideranças oriundas do campo e da cidade, lideranças operárias e de trabalhadores de outros setores da economia, militantes intelectuais e trabalhadores manuais, direção e

⁶ Chauí (1982, p. 155) se referiu a uma “nova política”, relacionada às classes trabalhadoras emergindo como classes públicas, como sujeitos coletivos, que foi capaz de associar cidadania e autonomia: “se repensarmos a cidadania como afirmação de direitos e como criação de direitos, isto é, como criação dos sujeitos sócio-políticos por sua própria ação, podemos não só presentificar a autonomia, mas ainda ultrapassar o sentido restrito da cidadania como voz e voto”.

base, entre outras. Na condição de *bases sociais* dessas formas heterogêneas e contraditórias de manifestações políticas é possível destacar-se:

- Do processo de industrialização (especialmente de sua fase monopolista; com toque fordista nos segmentos de ponta), derivou uma classe operária concentrada em grandes plantas industriais e em algumas regiões do país, com destaque para São Paulo, a qual se projetou como epicentro nacional da retomada das lutas operárias entre fins dos anos 1970 e início dos 1980, ponta de lança do “novo sindicalismo”;
- Da herança desenvolvimentista (sustentada na associação do tripé: capital estatal, capital privado multinacional e capital privado nacional), constituíram-se importantes contingentes de operários e trabalhadores de serviços (públicos e privados), com alta concentração e ou com alta especialização e papel estratégico (apoiando-se em empresas privadas e estatais do setor produtivo, bancos públicos e privados, empresas de telecomunicações, empresas de energia e de saneamento etc.), tendo se constituído no núcleo expandido do “novo sindicalismo”;
- Do desenvolvimento e massificação do setor de serviços (público e privado), constituíram-se amplos segmentos de profissionais, antes fortemente marcados por um *status* de “classe média”, passando cada vez mais a ser pressionados por processos de “proletarização” (com destaque para a Saúde e Educação), os quais vieram a atuar em associações profissionais e organizações sindicais;
- Dos processos de “modernização conservadora” da estrutura agrária do país, formaram-se segmentos diversos de trabalhadores rurais (sem terra, pequenos proprietários, arrendatários, boias-frias, assalariados permanentes etc.), que protagonizaram conflitos agrários e trabalhistas por todas as regiões do país;
- Do processo acelerado e desordenado de urbanização, restaram amplos segmentos das populações em condições precárias de vida, moradia e trabalho, que passaram a se organizar e a se manifestar por meio de ampla diversidade de movimentos populares.

Não obstante tão importantes heterogeneidades, contradições e diversidades, a possibilidade de um “campo” de percepção e ação convergente e articulado é dada por uma referência comum, embora diversamente orientada: a associação entre *trabalho* e *política*, entre demandas sociais e políticas dos trabalhadores e referências políticas

como *socialismo, democracia, cidadania*. Sob formas de associação entre *trabalho e política*, estabeleceram-se as bases para a construção de um campo de forças na sociedade brasileira: o CDP.

Nos termos que aqui estamos tratando, um “campo de forças” sociais e políticas se constitui de referências e condições que orientam práticas e discursos sociais, propiciando as bases sócio-simbólicas que emprestam um sentido comum aos acontecimentos, impulsionam um movimento social e político convergente, sustentam uma narrativa socialmente articulada e coerente, imprimem uma direção a um leque aparentemente disperso de formas de agir e se comportar, formando uma *matriz prático-discursiva*⁷.

As três partes constitutivas do CDP

O CDP foi se constituindo, ao longo de sua trajetória, a partir de três componentes principais. O primeiro derivou diretamente das lutas operárias e populares e das organizações constituídas ou arregimentadas de imediato para lhe dar suporte (físico, simbólico, discursivo). Denominaremos genericamente de o componente “Movimentos Sociais” do CDP. Foi esse o ponto de partida: uma “nova política” surgia dos trabalhadores mobilizados, constituindo-se como “novos sujeitos políticos”. Por sua vez, quanto mais ganhou visibilidade pública, mais as lutas operárias e populares passaram a incorporar e atrair apoiadores, intelectuais, religiosos, políticos profissionais, contribuindo assim para a ressignificação de institucionalidades já existentes e para a criação de novas (sindicais, partidárias, religiosas, outras). Foram originalmente expressões desse processo: o “novo sindicalismo”, os novos movimentos populares, as organizações religiosas de base, as organizações políticas de base, a Central Única dos Trabalhadores - CUT, o Movimento dos Sem Terra - MST, a

⁷ Empregamos a expressão no sentido atribuído por Sader (1988), que identificou três *agencias* (ou centros de elaboração discursiva) que, naquele contexto, organizaram práticas de resistência no cotidiano dos trabalhadores e de outros segmentos populares, conformando-lhes certas identidades e potencializando-os como novas forças sociais e políticas. Referiu-se a três instituições que, ao se encontrarem, cada uma delas, em momentos especiais de crise, possibilitaram a abertura de espaços para novos enunciados. Cada uma, segundo suas especificidades constitutivas e a seu modo, procuravam reatar (reconstruir em novas bases) as relações (de identificação/representação) com os segmentos populares aos quais se reportavam. No âmbito da Igreja Católica, gestou-se um movimento de renovação articulado a partir das Comunidades Eclesiais de Base e da Teologia da Libertação. No âmbito das organizações e práticas de uma esquerda fortemente atingida pela repressão do Estado ditatorial, surgiram “novas formas de interação com os trabalhadores”. No âmbito de uma estrutura sindical oficial esvaziada e submetida ao controle do Estado, surgiu um “novo sindicalismo”. A *matriz discursiva* em formação produziu-se no cruzamento de novas experiências sindicais, de novas práticas políticas cristãs e de reelaborações no campo da esquerda marxista.

Comissão Pastoral da Terra - CPT, o sindicalismo de trabalhadores rurais etc. As experiências de luta e de organização engendraram um significativo esforço de agenciamento de demandas sociais e políticas, lançando os alicerces de uma nova *matriz prático-discursiva*, que levou tal impulso a se projetar para outros âmbitos, especialmente na seara política (constituindo os embriões de uma forma de associação entre trabalho e política). A referência central de atuação nesse ambiente eram “os trabalhadores”, “as classes trabalhadoras”, e suas demandas e bandeiras. Tornaram-se correntes e marcantes expressões como: “conferência nacional das classes trabalhadoras”, “central única dos trabalhadores”, “partido dos trabalhadores”, “trabalhador vota em trabalhador”, “trabalhadores rurais”, “trabalhadores sem terra”.

O segundo componente do CDP, aqui denominado de “Partidos de Esquerda”, resultou da (re)construção, (re)articulação e (re)elaboração de organizações partidárias como expressão do primeiro momento. Engendrou-se, com isso, uma nova região de expansão e projeção desse embrião de “campo político”: voltada à política partidária propriamente. Não obstante tenha surgido e se reconfigurado a partir da explosão de lutas operárias e populares, o CDP passou a se mover em seguida, gradativamente, para formas cada vez mais institucionalizadas, buscando o reconhecimento da sociedade e um lugar próprio no processo da redemocratização do país. Embora o principal símbolo dessa segunda região tenha sido o Partido dos Trabalhadores - PT (em suas associações contraditórias com os movimentos sociais e sindicais, de um lado, e as organizações partidárias de esquerda já existente, de outro), gravitaram nesse eixo, imbuindo-se de uma dinâmica cada vez mais institucional e eleitoral: segmentos do Partido Democrático Trabalhista - PDT, do Partido Comunista do Brasil, - PC do B, do Partido Socialista Brasileiro - PSB, do Partido Comunista Brasileiro - PCB (uma “esquerda” em sentido mais alargado). Foram marcantes e disputadas sua atuação, ao longo dos anos 1980, na Campanha das Diretas Já, frente às eleições de 1984 via Colégio Eleitoral, a reação ao Plano Cruzado, a atuação na Constituinte e a constituição da Frente Brasil Popular. Considere-se, no entanto, que a crescente atuação nessa região produziu um sucessivo alargamento dos seus horizontes, implicando em alianças, no começo, com um sentido mais “estratégico”, sendo dotadas de forte conteúdo ideológico e programático, embora também ocorressem as de tipo “tático”, de caráter mais pontual, resultantes de posições assumidas sobre fatos concretos em disputa. A institucionalização da “transição democrática”, dos “Movimentos Sociais” e dos “Partidos de Esquerda” trouxe importantes efeitos quanto às formas e possibilidades de

atuação no “campo” em construção: impôs-se no cotidiano da prática da militância uma tendência de crescente diferenciação institucional, ao mesmo tempo em que conexões foram resguardadas. Seguiu-se a isso uma tendência de profissionalização da militância (nos sindicatos, partidos, organizações não governamentais...). Quanto mais se afirmava a militância na região partidária mais se produzia um deslocamento do centro de gravidade da atuação no “campo”, dos espaços dos “Movimentos Sociais” para os espaços dos “Partidos de Esquerda”, ao mesmo tempo em que crescia sua presença no parlamento e começavam as conquistas de prefeituras, reforçando a agenda eleitoral. Em correspondência, diminuía a importância relativa da região “Movimentos Sociais”, embora estes continuassem pujantes, promovendo mobilizações, conquistas sociais e políticas e a ocupação de novos espaços institucionais. Para a militância atuante nos “Partidos de Esquerda”, no que se refere à original associação entre *trabalho* e *política*, passou a ser elemento norteador do “campo”, mais do que uma referência centrada nas demandas do mundo do trabalho com vistas à sua conversão em agenda pública, uma maior ênfase no universo da própria política, vista sob o ponto de vista da *democratização*, do tema do *socialismo*, do alargamento dos *direitos sociais*, da conquista e ampliação da *cidadania*. A referência de atuação prática, no “campo”, passou a ser a construção do próprio CDP, como expressão política das demandas e ponto de vista dos trabalhadores e das forças de esquerda. Manteve-se uma referência no *trabalho*, mas sua associação com a *política* passou a se processar crescentemente por vias menos diretas, com a incorporação de outras demandas sociais e políticas.

O terceiro componente do CDP, aqui nomeado de “Governos Populares”, resultou das sucessivas e crescentes conquistas, no começo, de espaços no parlamento (nas três esferas) e de governos municipais. Tem início na segunda metade dos anos 1980, mas ganha maior destaque a partir dos anos 1990. Em um contexto de avanço das políticas neoliberais (com tudo que isso representou de mudanças com viés conservador), produziu-se uma coincidência entre, de um lado, o recuo do componente “Movimentos Sociais” (posto em uma posição defensiva) e, de outro, a conquista, por parte do componente “Partidos de Esquerda” de crescentes posições no parlamento e nos governos municipais e, em menor expressão, nos governos estaduais. Constituiu-se, assim, uma outra importante região de atuação para os que se colocavam sob a referência do processo de construção do CDP. Este agora passa a ter três pernas: “Movimentos Sociais”, “Partidos de Esquerda” e “Governos Populares”. O CDP ganha, com isso, uma expressão na sociedade muito além do que tinha na partida, quando

praticamente encontrava-se reduzido ao componente “Movimentos Sociais”⁸. Mas, à medida que alargou seu raio de ação e sua influência sobre a sociedade, perdeu nitidez de *conteúdo* (com a relação entre *trabalho* e *política* se tornando cada vez menos evidente) e de *forma* (com seus contornos se apresentando de modo cada vez menos claros). O exercício da “militância” ganhou sentidos bem diversos, com um aprofundamento da profissionalização (muitas vezes resvalando para práticas “carreiristas” na gestão pública, quando a atuação nos “Movimentos Sociais” pôde servir como trampolim para a obtenção de cargos e vantagens nos “Partidos de Esquerda” e nos “Governos Populares”). O coroamento da primazia da atuação da militância na região “Governos Populares” ocorreu com a eleição de Lula para presidente. Tratou-se, esse, do início do período mais delicado da trajetória do CDP, em termos da preservação de sua organicidade e coerência. Para a militância atuante nos “Governos Populares”, a referência passou a ser a “sociedade”. O propósito anunciado tornou-se: produzir projetos e políticas de governo (diferenciados dos padrões tradicionais) para a sociedade.

O momento de constituição e a posição assumida por cada componente na dinâmica geral do “campo” influenciaram de modo particular na sua trajetória e direção. Não obstante a diversificação das regiões de atuação da militância constitutiva do CDP, trazida com o desenvolvimento dos seus componentes fundamentais, um ambiente de “campo de forças” permaneceu, garantindo a continuidade de conexões simbólicas, orgânicas e de projetos. Entretanto, sob efeitos de esgarçamento cada vez maiores.

Sinais de esgotamento

O CDP se constituiu complexificando-se e metamorfoseando-se. De um lado, as transformações socioprodutivas ocorridas nos anos 1990 impactaram nas bases sociais dos “Movimentos Sociais” e dos “Partidos de Esquerda”, assim como no que se refere aos problemas que passaram a desafiar os “Governos Populares”. Sob processos como liberalização, privatização e desnacionalização da economia, reestruturação produtiva, reforma do Estado, entre outros, houve um efeito de fragmentação, heterogeneização, flexibilização, informalização, precarização do trabalho, com consequências de peso para o sindicalismo e para os movimentos sociais. A dinâmica produtiva incorporou

⁸ Uma das principais expressões das inovações e da evidência das experiências de gestão pública dos “Governos Populares”, especialmente ao longo dos anos 1990, foi a do Orçamento Participativo. Ver a título de um balanço dessas experiências e dos estudos sobre elas, Avritzer (2003).

novas características. Os setores e regiões estratégicas foram redefinidos. Os padrões de relações de trabalho sofreram importantes alterações. Os trabalhadores e trabalhadoras adquiriram novos perfis⁹. O sindicalismo foi desafiado a readaptar-se às novas condições econômicas, sociais e políticas¹⁰. As bases sociais que calçaram a construção do CDP ganharam novos contornos.

De outra parte, as políticas de alianças adotadas na esfera partidária (visando tanto a conquista dos governos em todos os níveis e, principalmente, no nível federal, assim como, com tal conquista, a garantia de condições de governabilidade) foram ultrapassando certos parâmetros muito caros à história do CDP. Não só deixaram de levar em consideração uma referência à associação básica entre *trabalho* e *política*, também se afastaram do horizonte mais largo dos *direitos de cidadania*. O momento áureo desse processo, o ponto de inflexão, ocorreu com a candidatura e vitória de Lula em 2002¹¹. Nesse momento, confundiram-se os parâmetros (desorientando a atuação da militância nas diversas regiões do “campo”), produziram-se dissidências (dadas as insatisfações com seu desdobramento). Além de um desgaste “natural”, produzido pela complexificação do “campo”, na medida em que foi se desenvolvendo e, como isso, alargando e diversificando sua base de atuação, certas tensões contribuíram para um maior esgarçamento entre suas partes constitutivas (e no interior de cada uma, em vista de sua constituição *heterogênea*, *contraditória* e de *base diversa*). Produziram-se fissuras/dissidências nas esferas “Movimentos Sociais” (especialmente na CUT¹²) e

⁹ Ver, por exemplo: Pochmann (2001 e 2008); Baltar (2009 e 2013); Leite e Araújo (2009).

¹⁰ Ver, por exemplo: Antunes (1997); Rodrigues (1999); Santana e Ramalho (2003), Braga (2012), Vêras de Oliveira, Bridi e Ferraz (2014).

¹¹ Um emblema dessa passagem foi a Carta ao Povo Brasileiro, lançada ainda durante a campanha eleitoral. Na avaliação crítica de Ricci (2006, p. 171-172), o referido documento teria sinalizado com uma alteração profunda no projeto inicial do PT, “que se orientava por um discurso estratégico afiliado à lógica dos movimentos sociais que emergiram nos anos 80 que, por sua vez, sustentavam-se na declarada autonomia política, na organização horizontalizada (com prevalência dos mecanismos de democracia direta), cujo discurso assentava-se no anti-institucionalismo e anticapitalismo”. Para o autor, o PT teria assumido uma outra configuração, que denomina de “lulismo”: “O lulismo é, portanto, uma nova faceta da organização, mais pragmático e flexível para com as forças políticas externas, buscando recompor a correlação de forças partidárias, na tentativa da montagem de um projeto hegemônico que sustente a sua reprodução política. Mas é mais inflexível com as forças internas do partido, porque mais controlador, mais centralizador e menos pluralista. O lulismo compõe-se de três matrizes discursivas mais nítidas que sustentam um equilíbrio dinâmico interno, assumindo um movimento pendular que privilegia, circunstancialmente, uma ou outra concepção. São elas: o pragmatismo sindical, o vanguardismo e burocratismo partidário e o discurso técnico de gerenciamento do mercado” (idem, p. 173).

¹² “A possibilidade de aprovação da proposta de reconhecimento das centrais levou a um movimento de criação de novas centrais e também de fusão de outras em busca de alcançar os critérios definidos, mesmo antes da edição da Lei nº 11.648, em 2008. Atualmente, além da CUT (fundada em 1983), da CGTB (criada em 1983) e da Força Sindical (fundada em 1991), formaram-se novas centrais sindicais. Em 2004 e 2005, respectivamente, já haviam sido constituídas a Coordenação Nacional de Lutas – CONLUTAS (uma dissidência da CUT, constituída a partir dos segmentos que se colocaram em oposição ao Governo

“Partidos de Esquerda” (particularmente no PT¹³). Para a militância do CDP, o componente “Governos Populares” ganhou ainda mais centralidade, na sua dinâmica interna, em detrimento dos componentes “Movimentos Sociais” e “Partidos de Esquerda”, colocados como apêndices do primeiro. Os “Governos Populares” passaram a se sustentar cada vez mais em alianças articuladas sob bases distanciadas dos seus critérios históricos e em uma popularidade difusa pela sociedade, sem necessariamente encontrar-se calçada e na sua histórica base organizada¹⁴. Com isso, sobretudo no âmbito federal, esse componente distanciou-se do segmento “Movimentos Sociais” e ganhou ascendência sobre a região dos “Partidos de Esquerda”. O elemento *trabalho* perdeu ainda mais visibilidade nessa nova configuração (um momento simbólico pode ser observado quando da destinação do MTE a segmentos fisiológicos do PDT). O elemento “projeto de esquerda” perdeu muito do seu sentido original.

Assim, embora tenha ganhado eficácia institucional (capacidade de negociação coletiva e de participação em espaços da gestão pública), o sindicalismo (em particular os segmentos derivados do “novo sindicalismo”) e os movimentos sociais historicamente associados ao CDP (incluindo aí o MST, que nos anos 1990 ganhou visibilidade e repercussão no país e até no exterior) perderam protagonismo político, capacidade de pautar a agenda pública (Cf. Araújo e Vêras de Oliveira, 2014). Mesmo um momento politicamente favorável (com a eleição de Lula) não foi suficiente para recompor a capacidade desses segmentos de agenciar demandas sociais e as orientar em uma perspectiva de avanço de conquistas sociais e políticas. Uma conjugação de políticas econômicas e sociais teve como resultado: a retomada do crescimento

Lula, sob a influência do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado - PSTU) e a Nova Central Sindical – NCST, constituída a partir das confederações mais tradicionais de trabalhadores de distintos setores. Em 2007 surgiu a União Geral dos Trabalhadores – UGT, criada a partir da fusão entre a Confederação Geral dos Trabalhadores - CGT, a Central Autônoma dos Trabalhadores - CAT e a Social-Democracia Sindical – SDS. Neste mesmo ano, foi constituída ainda a Central dos Trabalhadores do Brasil – CTB, formada a partir da Corrente Sindical Classista – CSC, ligada ao Partido Comunista do Brasil e até então atuante na CUT. Em 2009, a CONLUTAS e uma parte dos sindicalistas ligados à Intersindical, principalmente os vinculados ao PSOL, realizaram conversas e seminários conjuntos visando uma possível fusão. No entanto, no congresso realizado em junho de 2010¹² as divergências entre os sindicalistas das duas organizações impediu que a unificação se concretizasse” (Araújo e Vêras de Oliveira, 2014, p. 53-54).

¹³ Em 1994, uma dissidência do PT já havia ocorrido, resultando na criação do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado – PSTU. Em 2005, por descontentamento com os rumos assumidos pelo PT no Governo Federal, uma dissidência resultou na criação do Partido Socialismo e Liberdade – PSOL.

¹⁴ Nas palavras de Braga (2012, p. 213): “Aos nossos olhos, seria mesmo legítimo falar em uma espécie de acordo, aprofundado pela liderança carismática de Lula da Silva, do governo com os setores mais empobrecidos das classes subalternas do país, que, num contexto marcado por certo crescimento econômico, perceberam na relativa desconcentração de renda experimentada por aqueles que vivem dos rendimentos do trabalho um vislumbre de progresso social corroborado, sobretudo, pelo aumento no consumo de bens duráveis”.

econômico (mesmo seguindo uma trajetória irregular); a queda do desemprego e a ampliação do emprego formal; a recuperação do poder de compra do trabalhador (com a política de valorização do Salário Mínimo, o aumento da oferta de emprego, a recomposição da renda de servidores públicos, políticas de transferência de renda, ganhos salariais nas negociações coletivas); a ativação/reativação de instrumentos institucionais de regulação do trabalho (fiscalização da legislação trabalhista, instalação, embora temporária, do Fórum Nacional do Trabalho, introduzindo uma discussão sobre a reforma sindical e trabalhista¹⁵, mecanismos de participação institucional, como conselhos de gestão de políticas públicas¹⁶); o fortalecimento das negociações coletivas; o reconhecimento e financiamento público das centrais sindicais; as ações de formalização de microempresários (por meio do programa Super Simples) e de trabalhadores por conta própria (com o programa Micro Empreendedor Individual); as políticas de microcrédito e de crédito ao consumidor. Entretanto, ao mesmo tempo em que se mantiveram sob bases restritas, o Governo foi o agente principal dessas inovações e conquistas, e não o sindicalismo e os movimentos sociais.

Some-se a isso o fato de que a estratégia de condução do Governo implicou na subtração de conteúdo político dos conflitos sociais (mesmo produzindo políticas que beneficiaram os trabalhadores e os sindicatos). O Governo tratou as contradições entre as exigências do Mercado e as demandas sociais e políticas da Sociedade como passíveis de serem equacionadas por meio de uma política de desenvolvimento econômico com alguma distribuição de renda, sem pautar mudanças estruturais, nem valorizar polarizações (seja do tipo que opõe, de um lado, desenvolvimento sustentável, distribuição de renda e proteção social e, de outro, liberalização da economia, privatização de bens e serviços públicos e flexibilização das relações de trabalho; seja menos ainda do tipo que contrapõe interesses do capital e demandas do trabalho). A centralidade, na estratégia do Governo, de busca de credibilidade junto ao Mercado e de sustentação política junto aos segmentos fisiológicos da base aliada, levou-o a produzir uma imagem de si dissociada dos “Partidos de Esquerda” e, principalmente, dos “Movimentos Sociais”. A estratégia do “Brasil para Todos” manteve um conteúdo inclusivo, em termos sociais, mas foi um fator de esvaziamento da política (no sentido da politização, à esquerda, da sociedade, ou seja, baseada na mobilização social por

¹⁵ Cf. Vêras de Oliveira (2005, 2006 e 2008).

¹⁶ Cf. Vêras de Oliveira (2010).

direitos sociais e políticos)¹⁷. Produziu resultados que beneficiaram os trabalhadores, mas também beneficiou os investimentos privados produtivos e especulativos. Implicou em ganhos sociais e simbólicos, mas produziu ampla dissociação na base da sociedade entre ganhos sociais e luta social e política (consequentemente entre *trabalho* e *política*), implicando no “campo” um efeito desarticulador. Esgarçou as conexões entre suas três partes constitutivas. Atribuiu protagonismo ao Governo em detrimento dos “Movimentos Sociais” e “Partidos de Esquerda”. Produziu fissuras nas esferas “Movimentos Sociais” e “Partidos de Esquerda” (dividindo o campo da esquerda). Para os que se referenciavam na narrativa, símbolos, formas organizativas, ideias, líderes do CDP, em particular para os militantes atuantes nos “Movimentos Sociais”, nos “Partidos de Esquerda” e nos “Governos Populares”, tudo isso teve um efeito de desarticulação, desorientação, confusão. Se antes o CDP encontrava-se (em suas diversas formas de manifestação) sob uma força convergente, articuladora, orientadora (e esse é o sentido de compreendermos esse fenômeno como um “campo de forças”), passou a sofrer uma dinâmica dispersiva e desarticuladora, desorganizadora.

Complementa esse quadro, um fenômeno que embora de desenvolvimento lento teve momento explosivo só agora. Não obstante a timidez das mudanças produzidas nesses 12 anos, resultaram em deslocamentos sociais e simbólicos, despertando uma feroz reação por parte dos agentes capitalistas de grande porte (nacionais e internacionais) e de segmentos da classe média alinhados com posições conservadoras e reacionárias e incomodados com a ascensão social das classes populares. São sintomas de tal reação: a ofensiva político-ideológica por parte da grande mídia; uma maior pressão externa (visando o pré-sal, a privatização de outros setores da economia brasileira, maior favorecimento da dinâmica especulativa em escala global); manifestações de rua (desde junho de 2003), no que elas expressaram de posicionamentos conservadores; uma crescente orientação político-ideológica de agentes públicos (na Justiça, Ministério Público, Polícia Federal etc.); o crescimento de bancadas de direita (do tipo “bíblia, bala e boi” - BBB); sinais de articulação de um poder informal, paralelo (envolvendo mídia, oposição partidária, agentes públicos...), mas muito efetivo; esse quadro/onda é alimentado por uma crise econômica que se estabelece cada vez mais (indicando um esgotamento do ciclo de expansão pela via das demandas por *commodities* especialmente por parte da China e pelo incremento do

¹⁷ Para uma abordagem fortemente crítica a respeito desse processo, associando integração pelo consumo à despolitização da classe trabalhadora, ver Braga (2012).

mercado interno pela via da elevação da renda dos trabalhadores¹⁸). Os deslocamentos sociais e simbólicos não foram acompanhados de avanços políticos. Constituiu-se um ambiente propício para uma ofensiva à direita e uma onda conservadora-reacionária.

Impasses e indicações de possibilidades

Apesar de sinais de resistência (com a retomada das manifestações pelas centrais sindicais e movimentos populares), predomina uma situação defensiva, com uma onda conservadora-reacionária e o desarme de um discurso coerente, basicamente unificado e posicionado para frente.

O Governo está amarrado pela necessidade de gerar resultados, no sentido de retomar uma combinação factível entre crescimento e distribuição. O ajuste fiscal, agora proposto, concorre para inviabilizar a ambos, ao mesmo tempo em que é condição de um tipo de governabilidade. A movimentação da cúpula governista no imediato pós-eleições no sentido de buscar condições de governabilidade preferencialmente junto ao Mercado e à base política de perfil fisiológico esfriou o impulso de retomada da militância (dispersa entre os “Movimentos Sociais” e os “Partidos de Esquerda” ou em outros espaços, organizados ou não). Esse caminho continua na trilha do esvaziamento da política, da despolitização à esquerda, podendo produzir algum resultado em termos de fôlego ao Governo (algo incerto, visto que as indicações são de que a crise

¹⁸ Conforme Luiz Gonzaga Belluzzo (entrevista ao Estado de São Paulo, 24 de maio de 2014: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,desembrulhar-o-pacote-de-2015-nao-vai-ser-facil-diz-belluzzo,182467e>), “No segundo governo Lula, as taxas de crescimento foram maiores também porque a política econômica foi compatível e tivemos o benefício da melhoria dos termos de intercâmbio e o bom comportamento da balança comercial. O déficit em transações correntes era muito pequeno, perfeitamente financiável. Quando os agentes do mercado internacional viram o comportamento das commodities, correram para os países que eram produtores de commodities. Não só para nós. Foram também para Rússia, para Austrália. Os capitais entraram generosamente – tanto que acumulamos US\$ 375 bilhões de reservas. Foi o grande benefício desse período. Nunca tivemos reservas tão elevadas, nem em proporção do PIB. A política do salário mínimo e a política social trouxeram um contingente importante de brasileiros para o mercado de consumo. Também aí houve um fator chinês. O preço das manufaturas despencou e o câmbio facilitou a aquisição de bens duráveis. Foi possível nesse momento, incorporar uma fração importante ao mercado de consumo e ao mercado de crédito. Nesse ponto vem a história da perda de dinamismo econômico. Houve um momento, logo depois da crise, em 2009, em que o governo tomou as medidas de restrição do crédito, a compra de carteiras, a mobilização do fundo garantidor do crédito – tudo isso porque o Brasil sofreu um contágio em 2009. O PIB caiu 0,3%, mas todo mundo, de repente, cortou os programas de investimento. Os empresários ficaram apavorados. Não se sabia a dimensão da crise. O governo foi muito feliz ao reestimar o consumo. Mas houve neste ponto, na minha opinião, um hiato, uma demora em perceber que o ciclo de consumo tem suas limitações – tanto pelo lado do crédito, quanto pelo lado da natureza do bem. A não ser famílias, como dizem os franceses, nanti (abastadas em francês), ninguém compra três carros, três geladeiras. Há também o peso da dívida sobre a renda disponível”.

econômica, com seus impactos sociais, poderá ser de longa duração) e, por essa via, de prolongamento do ciclo do CDP, mas com crescente perda de conteúdo e de forma.

Os “Partidos de Esquerda” não conseguem reequacionar sua posição no cenário político e na retomada do processo de construção do CDP. Veem-se fracionados, burocratizados, com seus quadros e militantes excessivamente “profissionalizados” (cultura “carreirista”), enredados em teias de relações fisiológicas e submetidos a intenso, sistemático e articulado processo de ataques à direita. Os vínculos e a capilaridade junto aos segmentos populares e com os movimentos sociais são tênues. Do outro lado, na relação com o Governo, encontram-se subalternizados. Em uma mão se veem diante da necessidade de defender o Governo, para evitar sofrer um revés ainda maior (com a queda deste poderão estar, trabalhadores, sindicalismo e movimentos populares, ainda mais vulneráveis aos ataques). Na outra mão, a defesa do Governo (que, por sua vez, priorizou a busca da governabilidade junto ao Mercado e à base aliada, fisiológica) implica em defender o ajuste fiscal, engolir a base aliada (segmentos fisiológicos) e virar alvo do desgaste que ainda virá mais forte com o aprofundamento da recessão e do desemprego. Uma alternativa seria buscar dissociar-se em alguma medida do Governo, de modo a construir uma agenda de autodefesa e de maior vinculação com os “Movimentos Sociais”. Essa via, no entanto, não é simples, especialmente depois que os quadros partidários encontram-se profundamente imbricados nos gabinetes de parlamentares e nas secretarias de governos.

Os “Movimentos Sociais” estão divididos (vide quadro atual das centrais sindicais). A parte que se coloca como oposição ao Governo não tem força para se constituir em um expressivo campo político alternativo, além de estar sob o desgaste geral que atinge a esquerda. A parte que se coloca em sintonia com o Governo (elemento de permanência do antigo CDP) se encontra entre a cruz e a espada: deve decidir por apoiá-lo e com isso as conquistas sociais e políticas até agora alcançadas ou ir à luta, mobilizando e acirrando os conflitos, de modo a distinguir as posições e reassumir um papel de protagonista político, mas com isso correndo o risco de ter que ser mais crítico em relação ao ajuste fiscal e a outras posições governamentais. Pode aproveitar esse momento como um fator de renovação e avanço das lutas sociais e populares. Para isso, precisa se reinventar como agência das demandas sociais e políticas dos trabalhadores e segmentos populares, especialmente no sentido de recompor, pela ação política, a base social, que pela nova dinâmica capitalista e pelas

investidas neoliberais foi grandemente modificada (única possibilidade de reconstrução do CDP). O CDP não tem como se recompor sem reinventar-se.

A oportunidade criada com a PL da terceirização (primeiro ao ser pautada pela Câmara e em seguida pelo Senado, onde atualmente se encontra tramitando) pode ser única, no sentido de dar fôlego à retomada das lutas de rua a partir da condução das centrais sindicais e dos movimentos populares e, com isso, de ajudar a distinguir as plataformas programáticas da esquerda e da direita, do capital e do trabalho, em um momento em que prevalece uma generalizada confusão de paradigmas, em meio a uma clara ofensiva neoconservadora. Os “Movimentos Sociais” saberão aproveitar o momento, retomar a iniciativa, recolocar-se como protagonista político e a partir daí repor a discussão sobre a construção de um campo democrático e popular no país?

Referência bibliográficas

Antunes, Ricardo (org.). *Neoliberalismo, trabalho e sindicatos: reestruturação no Brasil e na Inglaterra*. São Paulo, Boitempo Editorial, 1997.

Araújo, Angela; Vêras de Oliveira, Roberto. *O sindicalismo na era Lula: entre paradoxos e novas perspectivas*. In: Vêras de Oliveira, Roberto; Bridi, Maria Aparecida; Ferraz, Marcos (orgs.). *O sindicalismo na era Lula: paradoxos, perspectivas e olhares*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.

Avritzer, Leonardo. O orçamento participativo e a teoria democrática: um balanço crítico. In: Leonardo Avritzer; Zander Navarro (Org.). *A inovação democrática no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2003.

Baltar, Paulo (Coord.). *Projeto PIB: estrutura do emprego e da renda*. Campinas: UNICAMP; Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

Baltar, Paulo. Crescimento da economia e mercado de trabalho no Brasil. *Relatório Final*. Brasília: Ipea, 2013.

Braga, Ruy. A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo, 2012.

Chauí, Marilena. Por uma Nova Política. *Desvios*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, ano 01, nº 01, 1982.

- Kalyvas, Andreas. The stateless theory: Pounlatza's challenge to postmodernism. In Aronowitz, S.; Bratsis, P. (orgs.). *Paradigm lost: state theory reconsidered*. Minnesota: University of Minnesota Press, 2002.
- Leite, Marcia; Araújo, Angela (Orgs.). *O trabalho reconfigurado: ensaios sobre Brasil e México*. São Paulo: Annablume; FAPESP (Coleção Trabalho e Contemporaneidade), 2009.
- Motta, Luiz Eduardo. Judicialização da política e representação funcional no Brasil contemporâneo: uma ameaça à soberania popular? *Confluências*, Vol. 12, n. 1. Niterói: PPGSD-UFF, outubro de 2012, páginas 192 a 218.
- Pochmann, Marcio. O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo, 2001.
- _____. O emprego no desenvolvimento da nação. São Paulo: Boitempo, 2008.
- Ricci, Rudá. Lulismo: três discursos e um estilo. *Lutas Sociais*, n. 15/16, 2006.
- Rodrigues, Iram Jácome Jácome (org.). *O novo sindicalismo vinte anos depois*. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, São Paulo, Educ/Unitrabalho.
- Sader, Eder. Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1988.
- Santana, Marco Aurélio; Ramalho, José Ricardo (orgs.). *Além da fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- Véras de Oliveira, Roberto. Governo Lula, pacto social e ação sindical. In: Elísio Estanque; Leonardo Mello e Silva; Roberto Véras de Oliveira; António Casimiro Ferreira; Hermes Augusto Costa. (Org.). *Relações laborais e sindicalismo em mudança: Portugal, Brasil e o contexto transnacional*. Coimbra: Quarteto, 2004.
- _____. O Diálogo social e a reforma trabalhista e sindical no Brasil: debate atual. In: Elísio Estanque; Leonardo Mello e Silva; António Casimiro Ferreira; Hermes Augusto Costa; Roberto Véras de Oliveira. (Org.). *Mudanças no trabalho e ação sindical: Brasil e Portugal no contexto da transnacionalização*. São Paulo: Cortez, 2005.
- _____. Encruzilhada do campo democrático e popular: entre ser movimento social, ser partido e ser governo. In: Afonso Celso Scocuglia; Edineide Jezine. (Org.). *Educação popular e movimentos sociais*. João Pessoa: Editora Universitária, 2006.

- _____. As promessas da CUT e a reforma sindical do Governo Lula: dilemas recorrentes. In: Silvia Maria de Araújo; Marcos Ferraz. (Org.). *Trabalho e sindicalismo: tempo de incertezas*. São Paulo: LTr, 2006.
- _____. A Reforma Trabalhista e a concertação social no Brasil. In: Elísio Estanque; Hermes Costa; Maria José Canelo; Antonio Casimiro; Rui Bebiano. (Org.). *A Questão social no novo milênio - Número Temático da Revista Travessias*. Coimbra: CES, 2008.
- _____. A Constituição de 1988, a questão da participação e o sindicalismo: problematizações. In: José Dari Krein; Marco Aurélio Santana; Magda Biavaschi. (Orgs.). *Vinte anos da Constituição Cidadã no Brasil*. São Paulo: LTr, 2010.
- _____. *Sindicalismo e democracia no Brasil: do novo sindicalismo ao sindicato cidadão*. São Paulo: Annablume Editora, 2011.
- Véras de Oliveira, Roberto; Bridi, Maria Aparecida; Ferraz, Marcos (orgs.). *O sindicalismo na era Lula: paradoxos, perspectivas e olhares*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.